

JORNAL DO BRASIL *Pública* Dívida dos estados com bancos aumentou 12% em setembro

■ Somente a Caixa Econômica Federal emprestou R\$ 440 milhões, recorde desde abril

BRASÍLIA — A dívida de curto e médio prazos dos estados com os bancos aumentou 12% de agosto para setembro. Segundo o chefe do Departamento da Dívida Pública do Banco Central, Jairo Ferreira, os principais empréstimos foram feitos pela Caixa Econômica Federal, que liberou R\$ 440,3 milhões aos estados em setembro, o maior montante registrado desde abril. Do total, R\$ 200 milhões foram autorizados apenas para o Estado do Rio.

De janeiro a setembro deste ano, o BC já autorizou a contratação de R\$ 6,4 bilhões pelos estados e municípios com os bancos, 56% a mais que o ano passado. O BC estima em R\$ 109,7 bilhões a dívida total dos estados e municípios. Em setembro, apenas a dívida mobiliária dos estados e municípios (em títulos) atingiu R\$ 48,2 bilhões.

A deterioração das contas dos estados é um problema crônico, que vem se agravando mês a mês. Foram os estados que mais contribuíram para que se acendesse a luz

vermelha e o governo desse início, este mês, à temporada de divulgação de pacotes econômicos, buscando sinalizar contenção de gastos e mais eficiência na arrecadação no próximo ano. Se as medidas não atingem os estados, elas apontam para uma melhoria das contas do governo federal e de suas estatais, e podem atenuar o impacto do déficit dos governos estaduais.

Interpretação — À incapacidade dos estados de gerar um superávit primário — receitas superiores às despesas correntes — vêm somar-se as inúmeras excepcionalidades às legislações que tentaram impedir o crescimento de suas dívidas. Emenda constitucional tentou limitar a expansão da dívida mobiliária, só autorizando a emissão para pagamento de precatórios judiciais e rolagem do principal atualizado. Mas o entendimento que se deu ao texto no Congresso era que fazia parte dessa atualização os juros reais. O resultado é que principal e juros têm sido integralmente rolados.

A indústria de ações que recla-

mam perdas criadas pelos planos de estabilização ou indenizações maiores em desapropriações também elevou em 33% este ano a dívida com emissão de títulos para cobrir essa despesa. A dívida mobiliária emitida com base em precatórios judiciais alcançou R\$ 9,1 bilhões em setembro.

Da mesma forma, as proibições que começaram em 1990 de aumento do saldo de operações de crédito contratadas pelos governos estaduais tampouco funcionaram. As excepcionalidades podem ser amplas, como a permissão, desde 1993, para contratar recursos na Caixa Econômica para área de saneamento e habitação, ou específicas, como, por exemplo, para construção do metrô de Brasília.

Reestruturação — A recuperação dos mecanismos de controle sobre o endividamento dos estados, segundo os técnicos da área econômica, poderia vir da sua adesão ao programa de reestruturação das dívidas, já assinado pelo Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Mato Grosso

e Mato Grosso do Sul. Mas os governos estaduais já se insurgiram contra as amarras desse programa, que reduz o espaço para futuros endividamentos, e declararam que não negociam mais com o Ministério da Fazenda, só com o Congresso e a Presidência da República.

O programa, num primeiro momento, implica em despesas com a reestruturação administrativa e, em consequência, em aumento da dívida. É impacto direto na necessidade de financiamento do setor público.

O aumento dos empréstimos da Caixa em setembro, por exemplo, foi para os estados cobrirem desde pagamento de pessoal até realização de programas de demissão voluntária. Em setembro, 13 estados contrataram empréstimo com a Caixa.

Jairo Ferreira informou que a Caixa ainda não fez qualquer operação de transformação de dívidas de curto prazo — dos estados com os bancos privados — em dívidas de longo prazo. A operação foi autorizada há dois meses.